



MORTALIDADE POLICIAL

2021



INSTITUTO
MONTE
CASTELO

Gabriel de Arruda Castro
Luiz Guilherme Hertel Santiago
Glacyene Almeida
Olavo Mendonça

Brasília

Março de 2022

INTRODUÇÃO

A morte de um policial é uma tragédia em múltiplos planos: mutila famílias, afeta colegas de farda, encoraja criminosos, aumenta a percepção de insegurança e gera um impacto nas finanças públicas. E essa é uma tragédia que se repetiu 136 vezes no Brasil em 2021.

Pela segunda vez, o Instituto Monte Castelo publica um levantamento anual do número de policiais civis, militares, federais e rodoviários federais assassinados no país. Os dados mostram que, em 2021, assim como a taxa de homicídios geral do país, o número de policiais mortos caiu – mas continua em um nível inaceitável. Dos 136 agentes de segurança assassinados no ano passado, 111 eram policiais militares, 21 eram policiais civis, três eram policiais rodoviários federais e um era policial federal.



POLICIAIS MILITARES	POLICIAIS CIVIS	POLICIAIS RODOVIÁRIOS FEDERAIS	POLICIAIS FEDERAIS	TOTAL
111	21	3	1	136

MÉTODO

Nos três primeiros meses de 2022, o Instituto Monte Castelo enviou pedidos de informação às 27 unidades da federação, além dos comandos da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Nestes pedidos, feitos com base na Lei de Acesso à Informação, foi solicitado o número de policiais da ativa mortos ao longo de 2021, excluindo crimes passionais (como uma disputa familiar ou uma briga de bar). O objetivo era medir o efeito real da criminalidade sobre os agentes de segurança que patrulham as ruas do país e conduzem trabalhos de investigação.

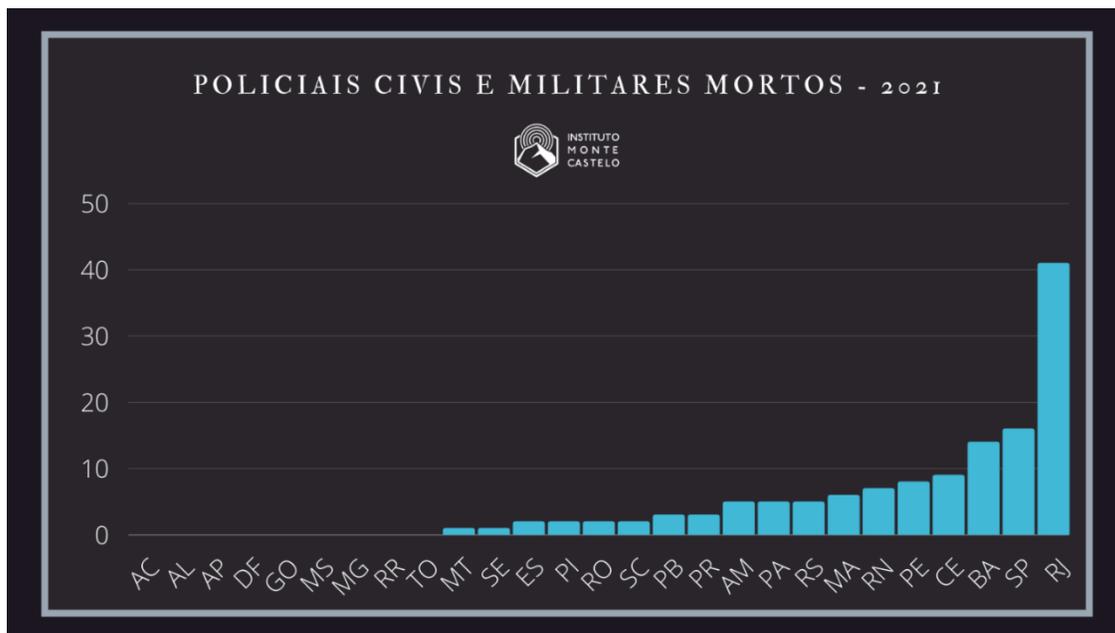
Por causa desses dois filtros (excluindo policiais aposentados e aqueles mortos em crimes passionais), o levantamento do Instituto Monte Castelo traz um número menor do que outros estudos semelhantes, que não distinguem entre policiais da ativa ou da reserva, ou ainda entre crimes passionais

e aqueles que de fato têm a ver com o exercício das atividades policiais. É bom ressaltar, por outro lado, que os dados deste relatório incluem mortes em serviço ou fora de serviço. Muitos policiais são mortos durante assaltos mesmo estando de folga – seja porque oram reconhecidos pelos criminosos, seja porque tomaram a iniciativa de enfrentá-los.

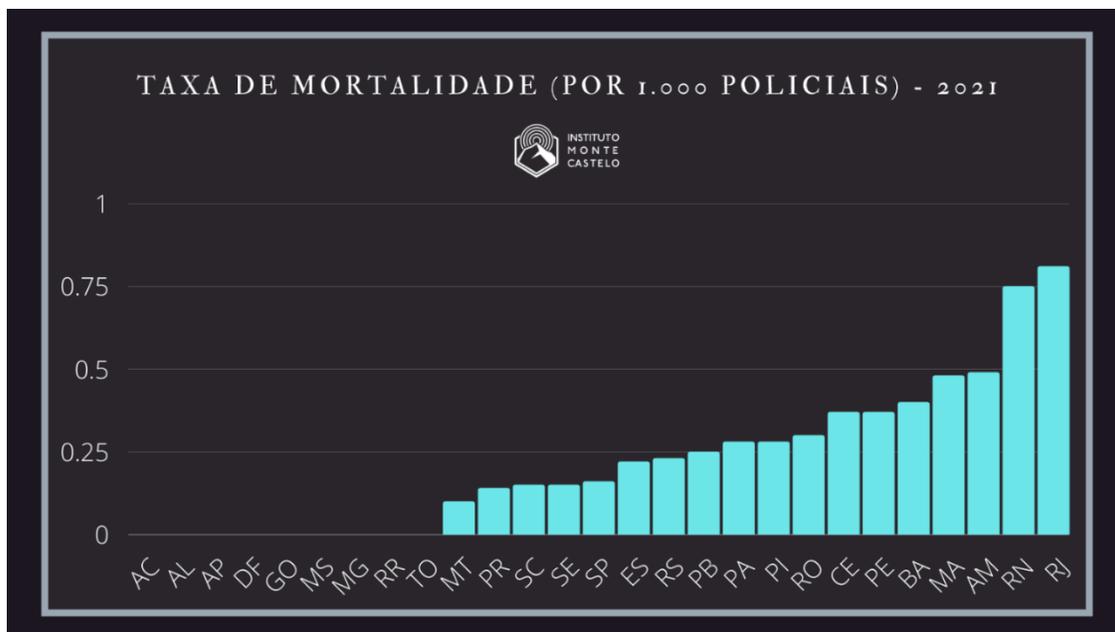
Vinte e três unidades da federação responderam plenamente o pedido do Instituto Monte Castelo. A Polícia Militar do Rio de Janeiro se recusou a fornecer os dados, ferindo o que determina a Lei de Acesso à Informação. Goiás, Piauí e Tocantins fizeram o mesmo. Nesses casos, os dados foram coletados de outras fontes: primariamente, os comunicados feitos pelas polícias locais. Em segundo lugar, informações do noticiário. O recorte foi o mesmo: policiais da ativa assassinados em crimes não-passionais. Nesse levantamento caso a caso, também não foram levados em conta assassinatos de policiais suspeitos de envolvimento com o crime e que morreram devido a disputas entre organizações criminosas (como as milícias do Rio de Janeiro).

RESULTADOS

Em números absolutos, o Rio de Janeiro (41 mortes), São Paulo (16), Bahia (14), Ceará (9) e Pernambuco (8) foram os estados com mais policiais assassinados em 2021. O relatório mostra ainda que a maioria das mortes se concentrou em um pequeno grupo de unidades da federação: os três estados com mais mortes têm 52% do total de policiais assassinados. Por outro lado, nove unidades da federação não registraram assassinatos de policiais.



A taxa de mortalidade combinada, incluindo policiais civis e militares, também é mais alta no Rio de Janeiro: foram 0,81 mortes por 1.000 policiais da ativa em 2021. Em seguida, aparecem Rio Grande do Norte (0,75), Amazonas (0,49), Maranhão (0,48) e Bahia (0,4).



Em uma comparação com 2020, 14 estados registraram queda nas mortes; sete mantiveram o número de 2020; seis tiveram um aumento. No agregado das polícias civil e militar, a queda em relação a 2020 foi de 25% – o que significa 44 mortes a menos. A redução é expressiva e deve ser comemorada. Mas ela também precisa ser colocada em perspectiva: o Estado de São Paulo, sozinho, teve uma redução de 33 mortes entre 2020 e 2021. Ou seja: 75% da queda se deve a apenas uma unidade da federação. As tabelas abaixo apresentam os dados detalhados.

Tabela 1: policiais militares assassinados em 2020 e 2021

UF	Policiais militares Mortos em 2020	Policiais militares mortos em 2021	Varição – 2020/2021
AC	0	0	-
AL	1	0	-100%
AP	0	0	-
AM	2	5	150%
BA	10	13	30%
CE	9	8	-11%
DF	1	0	-100%
ES	0	1	∞
GO	2	0	-100%

MA	5	6	20%
MT	1	1	-
MS	0	0	-
MG	1	0	-100%
PA	12	5	-58%
PB	3	2	-33%
PR	3	3	-
PE	8	7	-13%
PI	4	2	-50%
RJ	39	35	-10%
RN	3	5	67%
RS	0	4	∞
RO	2	0	-100%
RR	0	0	-
SC	2	2	-
SP	38	12	-68%
SE	1	0	-100%
TO	1	0	-100%
Brasil	148	111	-25%

Tabela 2: policiais civis assassinados em 2020 e 2021

UF	Policiais civis mortos em 2020	Policiais civis mortos em 2021	Varição – 2020/2021
AC	0	0	-
AL	1	0	-100%
AP	0	0	-
AM	0	0	-
BA	0	1	∞
CE	1	1	-
DF	0	0	-
ES	0	1	∞
GO	0	0	-
MA	0	0	-
MT	0	0	-
MS	3	0	-100%
MG	0	0	-
PA	1	0	-100%
PB	0	1	∞
PR	2	0	-100%
PE	1	1	-
PI	0	0	-
RJ	5	6	20%

RN	0	2	-
RS	0	1	∞
RO	0	2	∞
RR	0	0	-
SC	0	0	-
SP	11	4	-64%
SE	2	1	-50%
TO	1	0	-100%
Brasil	28	21	-25%

Tabela 3: policiais civis e militares assassinados em 2020 e 2021

UF	Policiais civis e militares mortos em 2020	Policiais civis e militares mortos em 2021	Variação – 2020/2021
AC	0	0	-
AL	2	0	-100%
AP	0	0	-
AM	2	5	150%
BA	10	14	40%
CE	10	9	-10%
DF	1	0	-100%
ES	0	2	∞
GO	2	0	-100%
MA	5	6	20%
MT	1	1	-
MS	3	0	-100%
MG	1	0	-100%
PA	13	5	-62%
PB	3	3	-
PR	5	3	-40%
PE	9	8	-11%
PI	4	2	-50%
RJ	44	41	-7%
RN	3	7	133%
RS	0	5	∞
RO	2	2	-
RR	0	0	-
SC	2	2	-
SP	49	16	-67%
SE	3	1	-67%
TO	2	0	-100%
Brasil	176	132	-25%

RECOMENDAÇÕES

O Brasil precisa de uma política de segurança pública que minimize a perda de vidas dos policiais. E isso depende de um enfrentamento direto e bem articulado às organizações criminosas abastecidas pelos recursos do tráfico internacional de drogas. Esse combate, por sua vez, exige um controle efetivo das fronteiras e a existência de policiais bem equipados e bem treinados para fazer frente ao armamento pesado desses grupos.

Do ponto de vista do governo federal, uma política simples e eficaz seria a criação de uma base de dados integrada sobre os agentes de segurança feridos ou mortos, intermediada pelo Ministério da Justiça. Esses números permitiriam aos gestores públicos a identificação de padrões e o desenvolvimento de soluções mais eficazes para o problema. Não é aceitável que os entes da federação não compartilhem informações sobre este problema.

Infelizmente, restrições impostas pelo Judiciário têm tornado a atuação da polícia mais difícil e colocado em risco a vida dos agentes de segurança. Em 2020, o STF limitou severamente a atuação da polícia em áreas comandadas por organizações criminosas no Rio de Janeiro. Usando a pandemia como pretexto, a corte estabeleceu, dentre outras coisas, que as incursões precisam ser comunicadas com antecedência ao Ministério Público. O STF também proibiu o uso de helicópteros nessas ações, o que aumenta as chances de que os policiais sejam atacados pelos criminosos. Com isso, a população local sofre e os agentes policiais ficam mais expostos. Os excessos do Judiciário torna ainda mais importante que o Congresso retome o protagonismo na área da segurança pública, aprovando leis que resultem em uma punição efetiva a membros de facções criminosas.

Apesar de os números da criminalidade continuarem num patamar muito acima do aceitável, o ano de 2021 trouxe pelo menos uma boa notícia: a Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei 5391/2020, que endurece a pena para quem mata agentes de segurança. É um pequeno passo na direção correta. Cabe ao Senado dar andamento à proposta para que o poder público mande um sinal inequívoco às organizações criminosas.



INSTITUTO
M O N T E
C A S T E L O

O Instituto Monte Castelo é um centro independente de pesquisa em políticas e legislação pautado pela defesa da vida, da liberdade e da responsabilidade. Com sede em Brasília, nosso instituto foi fundado em julho de 2017 e tem a independência como princípio inegociável. O Instituto Monte Castelo não recebe recursos de governos ou de partidos políticos.

www.montecastelo.org